**Transpondo a Transposição do Rio São Francisco**

**Introdução ao tema**

As populações da região do Semiárido nordestino convivem historicamente com a questão (problema) da seca, identificada como grande preocupação dessa população. A seca é fruto de uma adversidade climática - a precipitação média anual inferior a 800 milímetros - que a atinge diretamente essa população, potencializada pela má distribuição da riqueza nacional e da desigualdade social história que incide sobre a população do semiárido, grande parte dela ocupada na agricultura e pecuária em pequenas propriedades familiares. Os períodos de estiagem atingem diretamente essas produções, inviabilizando o sustento dos trabalhadores - *"sequer para garantir a segurança alimentar de suas famílias".*

De acordo com o material disponível, a condição do semiárido não é resultado somente da escassez das chuvas, mas também de um processo de desertificação antrópica da mata atlântica oriunda do ciclo do ouro, do desmatamento para construção e, provavelmente, das rotas das frentes de gado nos anos 1600-1700 em direção ao sul. Todos eles responsáveis pela diminuição da zona de mata atlântica no interior do território nordestino.

A região foi historicamente alvo de planos ação governamental e foco de grandes projetos de infraestruturas nacionais e regionais. Isso desde o Império, com destaque para o desenvolvimento de projetos de transposição das águas do Rio São Francisco e integração das bacias dos rios do território do Semiárido. Desde o início do século XX foram várias as iniciativas estatais de combate a seca, cujas justificativas da ação oficial giraram em torno *"da missão de melhorar a vida do homem sertanejo na sua difícil lide com as vicissitudes climáticas".* Órgãos específicos para lidar com a questão da seca foram criados (IOCS[[1]](#footnote-0), DNOCS[[2]](#footnote-1)) e foram elaborados programas e executadas obras.

Em 1959, durante o Governo Juscelino Kubitschek e sob a direção de Celso Furtado, foi criada a SUDENE, cujos objetivos eram menos estreitos e almejavam uma progressiva diminuição das desigualdades regionais no Brasil (sudeste - nordeste) e internas da região nordeste (zona úmida - sertão semiárido). O projeto da SUDENE[[3]](#footnote-2) não teve continuidade, sendo interrompido e desviado de seus objetivos durante a ditadura militar. A quebra de um círculo vicioso marcado por política assistencialistas nos períodos de seca, em benefício aos interesses clientelistas de setores dirigentes locais, e de uma política chamada por Furtado de meramente "Hidráulica", ou seja, que se limitava a um tecnicismo por maior disponibilização de água, não se concretiza.

Os projetos de transposição das águas do Rio São Francisco permeiam parte dessas iniciativas adquirindo diversos modelos de plano, maios ou menos radicais em termos do volume da água transposta, das distâncias percorridas em canais, conexões às bacias regionais e nas soluções de implantação - levando em conta as dificuldades relativa a transposição de níveis. A questão do impacto ambiental das grandes obras de infraestrutura sobre o território e as populações são centrais nos debates mais recentes - sobretudo após a Constituição de 1988, inclusive dentro dos Poderes do Estado.

O primeiro desses projetos à ser executado, e que conforma parte do objeto de estudo deste trabalho, tem sua construção iniciada no segundo governo Lula, em 2007. Segundo Sacconi, o projeto se baseia em grande parte no arcabouço documental produzido no governo anterior (FHC). Este projeto, cujas fases de implementação envolveram os três últimos governos e o atual (Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro) e uma disputa política entre eles - em torno da reivindicação da autoria das obras e na eficiência de sua execução, apresenta a "menor vazão entre as versões apresentadas até então" e uma mudança quanto aos objetivos. "(...) com a severa seca ocorrida na década de 1990, tornou-se fundamental para a viabilização da transposição o argumento de se salvar cidades do semiárido que haviam crescido consideravelmente nas últimas décadas e se encontravam em um iminente colapso hídrico. Portanto, diferentemente de versões anteriores - como por exemplo a de 1984, cujo projeto enfatizava fortemente a transposição de um enorme volume de água para estimular a irrigação no semiárido -, nesta versão, o urbano ganhou foco, e o objetivo passou a ser o abastecimento principalmente de polos regionais, promovendo a "segurança hídrica" do rio São Francisco para essas importantes cidades sertanejas".

*O projeto proposto foi o mesmo da gestão de FHC, porém prevendo uma menor retirada média das águas do rio São Francisco. Mas também foram retomados o discurso técnico e os estudos hídricos para a inserção regional da Transposição, elaborados na gestão FHC, que justificava o projeto ao propor uma sofisticada gestão da vazão dos canais para que houvesse o mínimo de desperdício e o máximo de aproveitamento das águas transpostas no nordeste setentrional. Esse objetivo técnico foi designado sob o conceito de "sinergia hídrica", que propunha que uma parcela adicional de vazão do rio São Francisco fosse destinada à redução das diferenças regionais causadas pela desigual oferta de água entre bacias e populações (BRASIL, 2004). Ou seja, quando a represa de Sobradinho (BA) estivesse na iminência de verter, a vazão mínima de retirada de água do rio, que é 26,4m3/s para abastecimento, poderia ser aumentada para até 127m3/s, sendo destinada a atividades que estimulassem o desenvolvimento regional, como, por exemplo, a irrigação. Desta forma, a ideia da sinergia hídrica foi usada como discurso de uma racionalidade que permitiria regular a vazão, operar os reservatórios, sem que se comprometesse a disponibilidade da bacia, sem prejudicar o desenvolvimento local dos estados doadores*

(...)

*Essa versão, portanto, previa 700km14 de canais de concreto, os Eixos Norte15 e Leste16 (ver Figura 4), cruzando os estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte para o desvio das águas do rio. Transpor as águas do São Francisco significa desviar águas da bacia deste rio para outras bacias nordestinas através de estações de bombeamento, canais artificiais que, no caso da Transposição aqui estudada, são feitos de concreto, túneis, aquedutos e reservatórios (alguns reservatórios construídos para o*

*sistema, outros já existentes).* (SARMENTO & MOLINAS, 2011, p.3). (SACCONI, p. 11-12)

A pretensão de abastecer de recursos hídricos da transposição 12 milhões de pessoas em 390 municípios, do plano discursivo e propagandístico da articulação em torno do *Plano São Francisco[[4]](#footnote-3),* é uma projeção imprecisa baseada no número de habitantes dos municípios por onde a obra "passaria" até 2025. "Além disso, se nem mesmo as cidades que seriam abastecidas foram divulgadas ao público com clareza, a totalidade da população atendida fora das cidades foi menos ainda". A justificativa do Projeto, apresentada pelo Ministério da Integração Regional, se baseia na "desigualdade na distribuição dos recursos hídricos, associada a uma discrepância nas densidades demográficas" entre duas regiões do semiárido brasileiro: "o da bacia do São Francisco, com 2 mil a 10 mil m3/hab/ano de água disponível em rio permanente, e o Semiárido do Nordeste Setentrional, compreendendo parte do Estado de Pernambuco e os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, com pouco mais de 400 m3/hab/ano disponibilizados através de açudes construídos em rios intermitentes e em aquíferos com limitações quanto à qualidade e/ou à quantidade de suas águas." (SACCONI, p.14-15) (IPEA, p.15)

O PISF fez parte do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) lançado no Segundo Governo Lula (2007) e sua realização - em obras - se deve em grande parte ao ambiente econômico promovido pelo Programa e sua aceleração, em reação à crise econômica global de 2008. O PAC promoveu a construção de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética, atingindo grande parte do território nacional. O crescimento do PIB e a geração de empregos formais almejados se basearam, em grande parte, no crescimento do setor da construção civil estimulado pelos investimentos públicos. Sob a Lei de Licitações (Lei federal n.8666, de 1993) as obras dos eixos da Transposição, à exceção da primeira fase assumida pelo Exército, foram assumidas por grandes construtoras, capazes de propor menores custos para as obras. Com atrasos e interrupções na implementação, os 16 lotes dos dois eixos (norte e leste), inicialmente distribuídos à 90 construtoras (2007) foram reduzidos a 6 em 2012 (1, 2N, 3N, 1, 2L, 3L).

A destinação final dos recursos hídricos é uma incógnita e a contemporaneidade das obras federais do PISF[[5]](#footnote-4), bem como das obras complementares sob responsabilidade dos governos estaduais envolvidos (Pernambuco, Paraíba, Ceará, e Rio Grande do Norte), impedem a consolidação de uma resposta objetiva a questão. Os questionamento quanto às populações, urbanas e rurais, e atividades produtivas atingidas pela disponibilização dos novos recursos hídricos, que permeiam o debate público em torno do(s) projeto(s), não têm bases disponíveis para respostas totais. Ainda que possamos identificar parte dos beneficiados a partir dos açudes produzidos em torno de aglomerações urbanas - alimentados pelas águas da transposição - e alguns dados quanto à destinação direta as unidades de produção a partir de ramificações dos eixos da transposição, esse quadro é parcial.

A autorização ao início das obras complementares pelo governo do Pernambuco em 2020 é um exemplo da contemporaneidade e da incompletude do PISF, cuja destinação das águas ao abastecimento de assentamentos, comunidades rurais e quilombolas em territórios localizados em até 5km de distância das margens dos eixos Norte e Leste da Transposição, ainda depende da execução das obras previstas para 2022. Segundo as informações disponibilizadas pelo Governo do Estado, as obras complementares beneficiarão 12 mil moradores de dez municípios localizados nas margens dos canais.[[6]](#footnote-5)

Entre os vetores de desenvolvimento e os planos locais

Se pensarmos nos vetores (eixos) de infraestrutura (linhas férreas, rodovias, linhas de transmissão de energia, canais de transposição de águas,...) como modelo de estruturação do desenvolvimento do território brasileiro, identificamos que, a princípio, os principais beneficiários - populações, produção, comércio - são aqueles que ocupam as pontas dos vetores (origem - destino) e as margens ao longo de sua extensão.

No caso dos eixos de transposição das águas de um rio, ainda que as atividades de lazer e mesmo de coleta direta das águas correntes, desautorizadas, possam ocorrer como práticas subversivas, o que se observa é que mesmo as aglomerações humanas nas margens dos canais dependem da articulação de sistemas complementares para usufruir, em maior grau e dentro das normas institucionais, dos recursos hídricos que cruzam o território. A ocorrência de ramificações para fazendas de grupos empresariais, permitidas por lei, enquanto populações das margens permanecem sofrendo da escassez de recursos, expõe o problema.[[7]](#footnote-6)

Esse enfrentamento a uma política hegemônica (das grandes infraestruturas sobre o território) e, ao que parece, pouco "capilarizada" no território apesar de radical enquanto intervenção física na paisagem, depende de ações complementares (isso em relação a condição atual das obras do PISF). Como sabemos que não há respostas precisas, essas ações complementares devem adquirir formas diversas - de acordo com a diferenças das formas de ocupação e produção do território sertanejo e dos modos de vida das populações que o habitam (suas formas de conviver, experimentar, enfrentar e colaborar).

Dessa forma, essas ações devem se contrapor à uma "política única" de grande infraestrutura, hierarquizada de baixo pra cima em seu planejamento e implementação. A transposição do PISF às localidades, além da integração aos sistemas de água e esgoto dos municípios - grande parte por meio de açudes (alguns já interligados), deve se valer do acúmulo das experiências das populações locais e das trocas entre estas, estabelecendo redes comuns, sobretudo nas regiões e propriedades não urbanas.

Como sabemos, esse desdobramento (transposição) não está dado e depende do nível de articulação e mobilização destas populações - em rede - pelo controle do processo de produção do território e da destinação dos recursos naturais. Condição essa, necessária para romper com a captura deste processo pelos interesses das camadas dominantes e dirigentes do Estado, que tende a utilizar dos novos recursos disponíveis para reproduzir a estrutura econômica de base segregada estabelecida historicamente. A má distribuição de recursos envolvem também os interesses dos municípios dos quatro estados, numa disputa onde prevalece o suprimento às regiões metropolitanas, juntos as grandes instalações produtivas.

**Bibliografia**

CASTRO, César Nunes de. *Transposição do rio São Francisco: Análise de Oportunidade de Projeto*. IPEA, 2011.

SACCONI, Carolina Jessica Domschke. *A transposição do rio São Francisco: Contradições da presença-ausência da obra ao longo de seu eixos.* FAU USP, 2019.

SACCONI, LEITÃO, CARVALHO, MUNER. *Transposição do rio São Francisco: planejamento intermitente e prática descolada da realidade.* (Artigo, XVIII ENANPUR - Natal 2019)

AMORIM, Anália M.M.C.. *Habitar o sertão.* FAU USP, 2001

AMORIM, Anália M.M.C.. *Por que os rios secam?* (Artigo)

LIMA, Maria Helena Costa Carvalho de Araújo. *Disputas hegemônicas e contexto situacional: Construções de sentidos sobre a transposição do rio São Francisco.* Universidade Federal do Pernambuco, 2011.

HENKES, Silvana L. *As decisões político-jurídicas frente à crise hídrica e aos riscos: lições e contradições da transposição do Rio São Francisco*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

GUMIERO, Rafael. *O Nordeste em dois tempos: a “Operação Nordeste” e a Política de Desenvolvimento Regional do Governo Lula.* CEPAL, 2014. (Pós-graduação UFSCar mesmo título)

PAGANO, Luciana Maria Palma. *Políticas públicas de poverty alleviation e a transposição do Rio São Francisco: A quem serve a transposição do Rio São Francisco?.* Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012.

SILVA, Ana Carolina Aguerri Borges da. A*s águas do Rio São Francisco: disputas, conflitos e representações do mundo rural.* Unicamp, 2017.

RIOS, Kênia Souza. Isolamento e poder: *Fortaleza e os campos de concentração na Seca de 1932*. UFC. Fortaleza, 2014.

RIOS, Kênia Souza. *A seca nos atalhos da oralidade*. Proj. História, São Paulo, 2001

**Vídeo**

Anália Amorim - Habitando a Barriga da Besta. Escola da Cidade, 2019.

Pensando com Celso Furtado. Realidade Brasileira

Rondinelly Medeiro - Sertão, Nordeste e o Semi-árido

1. Inspetoria de Obras Contra a Secas (1909) - descarta a execução das obras de Transposição por incapacidade de transpor a Chapada do Araripe. [↑](#footnote-ref-0)
2. Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (1945), criado no fim do período de vigência do Estado Novo. [↑](#footnote-ref-1)
3. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste [↑](#footnote-ref-2)
4. Plano de Sustentabilidade Hídrica do Semiárido Brasileiro (2003). Fruto das atividades promovidas pelo Grupo Interministerial estabelecido no Governo Lula: audiências públicas nos estados beneficiados e de inserção no semiárido, reunião com órgãos financeiros nacionais e internacionais e da articulação política a partir da discussão do projeto no Senado e na Câmara. [↑](#footnote-ref-3)
5. Projeto de Integração do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste Setentrional [↑](#footnote-ref-4)
6. "Em Salgueiro, Paulo Câmara autoriza obras de abastecimento": "Com um investimento total de cerca de R$ 45 milhões, provenientes de parcerias com a União, o programa viabilizará a construção de 42 sistemas de abastecimento que beneficiarão 108 localidades – entre assentamentos, comunidades rurais e quilombolas – que vivem hoje em situação de extrema precariedade hídrica nos municípios de Floresta, Cabrobó, Parnamirim, Verdejante, Betânia, Custódia, Salgueiro, Terra Nova, Mirandiba e Sertânia."

   (<https://www.folhape.com.br/politica/politica/pernambuco/2020/03/05/BLG,14751,7,1168,POLITICA,2419-EM-SALGUEIRO-PAULO-CAMARA-AUTORIZA-OBRAS-DEE-ABASTECIMENTO.aspx>) [↑](#footnote-ref-5)
7. Reportagem "Tem água pra ver, mas não pra beber" (Coletivo Nigéria). Explora a questão do acesso à água nos arredores do maior açude do Ceará. Opondo os interesses das populações de pequenas cidades e assentamentos rurais aos do agronegócio, dos grandes complexos industriais e da rede de abastecimento da zona metropolitana de Fortaleza. (https://apublica.org/2013/07/tem-agua-pra-ver-mas-nao-pra-beber-seca-no-nordeste/) [↑](#footnote-ref-6)